

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

“Não aprovar um orçamento que não contemple as reivindicações dos professores”, exigiram os sindicatos em agosto. Têm razão!

Foi um momento de espantoso cinismo do governo Costa. Estava em causa a recuperação do tempo de carreira dos professores apagado pela troika. Antes, foram meses de pretensas negociações com os sindicatos.

As direcções do Bloco e do PCP iam dizendo que negociar valia a pena. Os sindicatos iam convocando acções, periódicas, pontuais, nem unitárias, nem globais nem decisivas, pouco capazes de obter resultados além de cansar a classe.

Satisfeito com a sua tática de esperar e confiar nos seus acólitos BE/PCP, o governo passou à prática no dia 4 de outubro: adoptou um decreto-lei que rouba definitivamente aos professores sete anos de trabalho para efeitos de carreira (e, portanto, também, de pensões).

O reflexo dos sindicatos dos professores, sob o choque, não foi dizer que a medida era “insuficiente”, como BE e PCP: foi dizer que era uma declaração de guerra a quem trabalha.

Já em agosto os sindicatos haviam dito que os partidos que se reclamam defensores do trabalho não podiam viabilizar um orçamento que não contemplasse reivindicações dos professores que são do foro dos seus direitos humanos básicos. E **tinham absoluta razão**.

E não são só as reivindicações elementares dos professores. São todos os sectores. Um orçamento que não contemple as reivindicações elementares, básicas, de professores, enfermeiros, médicos, por extensão de ferroviários e tantos trabalhadores do sector privado despojados de contratação colectiva e, portanto, de aumentos salariais, pelas leis da troika que este governo mantém, **tal orçamento não pode passar**.

Por esta razão pusemos em circulação um **apelo** (ver pp. 4-5) aos deputados eleitos pelos trabalhadores, deputados do PS, PCP e Bloco de Esquerda. O projecto de orçamento para 2019 é, de novo, uma arma de Bruxelas brandida pelo governo português contra os trabalhadores. Ora, se “democracia” significa algo, significa que o orçamento da nação tem de servir para **atender às ne-**

cessidades da maioria da população, os trabalhadores: educação para os nossos filhos, saúde para todos, salários que nos permitam viver, leis laborais favoráveis a quem trabalha.

O que incluem as grandes linhas do orçamento para 2019, anunciadas a 9 de outubro pelo ministro das finanças? Nenhuma surpresa.

Défice almejado: entre o e 0,2% (segundo o primeiro deputado informado) — logo apressadamente corrigido pelo governo para “0,2%, a sério”. Talvez para poupar aos amparos parlamentares “à esquerda” demasiado rubor, depois do barulho mediático que, sempre respeitosa, eles fizeram, pedindo para se usarem os “excedentes” fiscais para melhorar a saúde, educação, aumentos de salários, em vez de para ser “aluno exemplar” de Bruxelas?

Mas se não há surpresa, é porque o orçamento já foi efectivamente decidido e adoptado há muito tempo. Noticiávamos no nº 9 d’*O Trabalho* (p.3), em abril, a aprovação pelo governo

do “Programa de Estabilidade” (documento desconhecido da Constituição). As discussões e decisões que realmente contam ocorreram quando este programa foi submetido à aprovação da Comissão Europeia, em maio. A submissão do projecto de orçamento à Assembleia da República, seis meses depois, é mera formalidade.

Ali se projectava um défice orçamental máximo de... 0,2%. Mandavam-se usar “ganhos fiscais” para abater a dívida à banca internacional e governos e “instituições financeiras internacionais” que salvaram a banca privada na última crise (socializando os prejuízos).

Em junho, a Comissão Europeia fez a sua missão de vigilância (publicada em setembro), onde mostrou “preocupação” com o aumento das despesas com salários públicos: “*Parece haver uma pressão constante para o número de empregados e a despesa com salários aumentarem mais do que as metas orçamentais. Em 2017, a despesa com salários teve um aumento nominal de 1,9%*,”

(cont. p. 3)



Greve Internacional na Ryanair

Solidariedade contra a chantagem da multinacional Ryanair!

O *Trabalho* tem-se feito eco (ver, por exemplo, o nº9) do movimento exemplar de greves sucessivas na empresa Ryanair, que se iniciaram em Portugal e depois se estenderam à escala internacional.

O sindicato dos tripulantes de

10 anos em regime precário, em contradição com a lei nacional.

Os trabalhadores exigem, assim, um ordenado mínimo garantido e seguros de acidentes de trabalho e lutam contra os processos disciplinares iniciados quando os trabal-

fica. O sindicato considera, naturalmente, tratar-se de uma “*atitude de profundo desrespeito pelos portugueses, em geral, e de desprezo pelos tripulantes de cabine portugueses da Ryanair, em particular*”. E exige que o governo português dê um “*esclarecimento cabal*” sobre o assunto.

Na verdade, é a lógica inflexível da União Europeia: os tratados dizem que sobre tudo prima a “concorrência livre e sem entraves”. Os governos que “honram os compromissos europeus”, sejam eles de direita ou de “esquerda”, não têm alternativa que não seja apoiar a livre acção das empresas contra os direitos dos trabalhadores.

É também o caso do governo PS (amparado pelo apoio parlamentar do BE e do PCP): a sorrir ao lado de Michael O’Leary e a marimbar-se para a luta dos trabalhadores.

Já quando da greve na Páscoa, o Ministro do Trabalho, Vieira da Silva, lembrara no parlamento que as companhias aéreas podem optar por um enquadramento legal diferente do existente em cada país. Podem, portanto, fazer letra morta das leis do país e da Constituição da República. Para o Ministro, isso é normal e não tem importância.

A vantagem é que se esclarecem as águas. Quem se reclama da defesa dos interesses de quem trabalha tem o dever de apoiar total e publicamente os trabalhadores e os seus sindicatos comprometidos com esta greve à escala europeia. As leis laborais nacionais, as conquistas dos trabalhadores têm de sobrepor-se às normas pró-patronais europeias.

É necessária a solidariedade de todo o movimento operário e sindical com os trabalhadores da Ryanair, exemplo da resistência que é preciso opor à destruição “europeia” de todas as conquistas dos trabalhadores, de Portugal e de toda a Europa! ■



cabine da empresa em Portugal (SNPVAC) apelou a 3 dias de greve em Março e Abril, no período da Páscoa, com uma adesão de 90%. Voltou a apelar à greve em Julho, desta vez à escala europeia. Houve greve conjunta com os trabalhadores da Ryanair de Espanha, Bélgica, Itália, Holanda.

Os trabalhadores reclamam o cumprimento das leis laborais de cada um dos países, que incluem muitas vezes protecções obtidas em décadas de luta dos trabalhadores. A empresa, pelo seu lado, invoca as directivas e normas da U.E. (nomeadamente o regulamento nº 593/2008) para poder continuar a impor a desregulamentação laboral.

Em Portugal, a empresa não respeita as licenças de maternidade e parentalidade nem as baixas médicas (que trata como faltas injustificadas). Os trabalhadores ganham consoante as horas de voo, até um certo tecto. Uma vez este atingido, podem ficar 3 meses em casa sem ganhar. A Ryanair tem, ainda, trabalhadores há

trabalhadores não atingem o nível de vendas a bordo exigido. A greve europeia (Portugal, Espanha, Bélgica, Holanda, Itália, Alemanha) de 28 de Setembro teve muita adesão. Significativamente, nela participaram já não só o pessoal de cabine, mas também os pilotos e pessoal de assistência em terra (*handling*).

A multinacional teve a ousadia de instruir processos disciplinares para punir não só os trabalhadores portugueses que fizeram greve na Páscoa, mas também os tripulantes dos outros países que recusaram substituir os grevistas.

Porém, a Ryanair tem os seus fãs. O sindicato português de pessoal de voo denunciou que a secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, e o presidente do Turismo de Portugal, Luís Araújo, visitaram o CEO da Ryanair (Michael O’Leary), em Dublin, na terça-feira, 25 de Setembro: 3 dias antes da greve anunciada para dia 28. A visita foi amplamente divulgada nas redes sociais, com direito a sessão fotográ-

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;
Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Página web: <http://ainternacional.pt>

Editorial (cont. p. 1)**O orçamento dos cinco euros, ao serviço dos banqueiros**

significativamente acima do orçamento de 2017, ao passo que o número médio de pessoal empregado no sector público aumentou 0,8% em 2017, apesar da redução que estava planeada, baseada na regra de substituição de 2:1.”

Mas a Comissão não se limitou a fazer apreciações genéricas. Não se coibiu de atacar directamente os professores e pôr em guarda o governo contra as suas reivindicações: “*As modalidades precisas do descongelamento de algumas carreiras específicas (em particular a dos professores) estão ainda a ser negociadas e podem fazer pressão significativa para aumentar o custo total da medida de descongelamento [das carreiras].*”

A Comissão também anotou que o governo estava a fazer o trabalho que lhe competia: “*É, portanto, de aplaudir o compromisso das autoridades portuguesas de usar ganhos excepcionais para reduzir o rácio da dívida geral do Estado.*” Leia-se: o governo comprometeu-se com a Comissão a não aplicar receitas fiscais vindas do crescimento em aumentos de salários, SNS, educação...

Portanto: **o governo já em junho fizera o único compromisso que interessa, o “compromisso europeu”.**

É pena que os partidos parlamentares que reclamam defender os trabalhadores, PCP, BE e os próprios deputados do PS, colaborem nesta miserável encenação à custa do povo português.

Na realidade, o orçamento escreve-se literalmente sozinho a partir das “regras europeias”. Estas não se limitam a fixar regras para o défice geral e para a dívida, mas regras detalhadas para as “trajectórias orçamentais” das várias despesas, nomeadamente da despesa com os salários na função pública. O governo (qualquer governo que faça profissão de fé no respeito dos “compromissos europeus” e dos Tratados da UE, como este) é mero executor. E o parlamento o palco de uma encenação para a bancada, sem nenhuma importância.

Porque têm os dirigentes do Bloco e do PCP alimentado a ficção de que o orçamento para 2019, já há meses completamente cozinhado com a Comissão Europeia, como eles estão fartos de saber, possa trazer alguma coisa de bom para quem trabalha?

Quando BE e PCP pedincham desesperadamente um milhãozito para aqui ou para acolá, estão apenas a colaborar na encenação, a dar um verniz democrático a uma vasta operação de empobrecimento dos trabalhadores portugueses a benefício dos banqueiros nacionais e estrangeiros protegidos pela sua UE.

Quando o governo anunciou a inenarrável oferta de “aumento” de 5€ por mês aos funcionários públicos, o BE e o PCP declararam delicadamente que achavam “*claramente insuficiente*”.

Ficou reservado aos dirigentes sindicais, que têm, apesar de tudo, que se explicar ante os trabalhadores, usar palavras adequadas: “*Cinco euros? Deviam ter vergonha de fazer a proposta.*”, declarava A. Avoila da Frente Comum (Público, 6/10). “*Qualquer coisa de violento, incompreensível e inaceitável ao fim de tanto tempo*”, referia José Abraão, da FESAP.

“Cinco euros? Deviam ter vergonha de fazer a proposta.”

“Qualquer coisa de violento, incompreensível e inaceitável”

Quando o governo, há poucos dias, aprovou friamente o decreto que oficializa a extorsão aos professores deste país de sete anos de carreira — depois de meses de faz de conta e violando, inclusive, uma disposição legal incluída no orçamento de 2018 — o BE e o PCP “acharam mal”, claro.

Mas ficou também reservado aos dirigentes sindicais dos professores declararem, face ao cinismo governamental, que as formas de luta até agora adoptadas eram uma brincadeira comparadas com as futuras (M. Nogueira) — admitindo talvez, involuntariamente, que se têm recusado a mobilizar a força unida da classe para se opor aos ataques, desperdiçando-a em acções pontuais, dispersas e extenuantes, sem resultado visível.

Ficou reservado, também, aos médicos de Gaia darem um ultimato ao governo, sob pena de demissão colectiva e definitiva, se o orçamento não afectasse 50 milhões ao investimento na unidade pediátrica do seu hospital.

Pela sua parte, os partidos que se reclamam da defesa dos interesses dos trabalhadores, PS, PCP e BE, a quem compete aprovar ou rejeitar o projecto de orçamento, vão-se manifestando disponíveis para “negociar modelos” e orgulhosos de não traçar “linhas vermelhas” (o porta-voz do Bloco).

Do outro lado, as linhas vermelhas do “Tratado Orçamental” e quejandos são, é claro, berrantes e intransponíveis muralhas ante as quais Bloco e PCP respeitadamente se curvam.

Desde Abril que os vários actores (nunca a palavra foi tão certa) do “bloco total” que governa o país por delegação da União Europeia se sucedem em declarações convergentes.

O Presidente Marcelo, ainda em abril: que o próximo orçamento era para aprovar; senão, teria de convocar eleições. E era para aprovar pela coligação no poder, para evitar instabilidade; mas, se fosse preciso, com a abstenção do PSD, caso Bloco e PCP achassem indispensável dar um arzinho da sua graça. A ele tanto lhe dava.

Ciente, porém, de donde poderia vir o verdadeiro perigo para a bela coligação entre todos que coordena, Marcelo achou por bem ameaçar directamente os trabalhadores com ainda mais austeridade se não se portassem bem. Discursando perante o patronato, em 18 de junho, avisou, como relatava o ‘Público’: “*(...) sabem também os trabalhadores, atentos a que o futuro evite, a todo o preço, os sacrifícios suplementares que viveram com a crise no passado recente.*” Comentário do jornalista: “*No dia em que começou a greve dos professores às reuniões de avaliação, a sentença presidencial soa a resposta directa às exigências dos sindicatos...*”

Resta agora organizar a resposta directa dos trabalhadores, com os seus sindicatos e partidos, às medidas que os condenam ao empobrecimento sem fim. Primeira medida: não aprovar o “orçamento dos cinco euros”! ■

Orçamento 2019

Apelo aos Deputados que Reclamam Defender os Trabalhadores

NÃO A MAIS UM ORÇAMENTO DE AUSTERIDADE!

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DESTA PAÍS É DE EMERGÊNCIA!

AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS, REPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO NO SNS, NO ENSINO E NOS TRANSPORTES!

Nós, trabalhadores do sector privado, funcionários públicos, pensionistas, jovens abaixo-assinados, assistindo à preparação do orçamento do Estado para 2019, observamos o seguinte:

— Quase dez anos de austeridade fizeram-nos **perder em média 20% do poder de compra**, benefícios, regalias e segurança de emprego.

— Nos anos recentes, embora houvesse modestas reposições dos cortes salariais e de pensões sofridos com a troika, **não houve qualquer actualização do poder de compra**; e muitos de nós viram anos de serviço e de carreira desconsiderados.

— A legislação laboral da troika continua por revogar, nomeadamente, a **“caducidade”** dos contratos colectivos, que dá aos patrões um veto sobre a negociação de salários melhores.

— De ano para ano, os orçamentos do Estado têm desinvestido sistematicamente em pessoal e equipamentos dos serviços públicos de saúde, ensino e transportes, promovendo a sua privatização. Por exemplo, em **2018**, os administradores

hospitalares denunciaram que **o orçamento do SNS foi o mais baixo** dos últimos quinze anos.

— Em consequência, o acesso a cuidados de saúde, a qualidade do ensino dos nossos filhos e os transportes públicos de que dependemos para poder trabalhar degradam-se sem parar, tornando incomfortável a vida das famílias trabalhadoras.

— Tudo isto tem sido justificado pelo governo com a necessidade de cumprir as regras do Tratado de Maastricht e obedecer às imposições da União Europeia.

— Porém, invocando situações de emergência e falência iminente, este governo e os anteriores encontraram sempre meios orçamentais para “salvar” os accionistas dos grandes bancos, BPN, BANIF, BES, e para “sanear” a CGD. Gastaram nisso mais do dobro da despesa anual com o Serviço Nacional de Saúde.

— Enquanto isto, os capitalistas continuam a fugir aos impostos para todo o género de paraísos fiscais.

Registamos também os **anúncios do gover-**

A situação de emergência e falência iminente aflige não os bancos, mas os trabalhadores, funcionários, pensionistas e jovens deste país.

Crónica de uma Conspiração para Empobrecer os Trabalhadores

9 de abril: Centeno publica artigo no Público. Anuncia mais política de **austeridade** para produzir **excedentes primários** para abater a dívida externa. Consequentemente, **não haveria, por exemplo, aumentos na função pública até 2020.**

11 de abril: “BE dá a Centeno até sexta-feira [13] para recuar na revisão do défice” (Público). O BE insurgia-se por o governo não aproveitar o défice mais baixo que previsto em 2018 para investir em serviços públicos.

12 de abril: Governo adopta **Programa de Estabilidade até 2022.**

— Défice orçamental previsto para 2019: **0,2%**
 — Saldo orçamental primário 2019 (sem juros pagos): um **excedente de mais de 3,5% do PIB**.
 — Aumento da **despesa com pessoal**, 2019: **0,5%**!
 Assembleia da República: nem tida nem achada.

13 de abril Programa de Estabilidade “apresentado” à Assembleia. Pág. 12:

“A previsão do défice para 2018 foi revista em baixa (0,4 p.p. do PIB) para 0,7% do PIB face ao estabelecido no OE 2018 aprovado na Assembleia da República”.
 BE e PCP engolem em seco.

13 de abril Acordo entre governo e PSD sobre a posição portuguesa para quadro plurianual de fundos estruturais da UE. É uma decisão fundamental sobre o investimento público dos próximos dez anos..

7 de maio Em entrevista ao Público, Marcelo pede ao governo um orçamento “não eleitoralista”.

Deixa claro que não tem nada contra que o orçamento seja aprovado pelo PS com a abstenção do PSD, se houver **“um problema nas negociações do OE à esquerda”**.
 Se não, eleições antecipadas.

no de que não tenciona aumentar os ordenados dos funcionários públicos; não tenciona repor na íntegra o tempo de carreira roubado aos professores e a outros grupos; não tenciona repor os níveis de despesa e investimento público necessários para salvar o serviço nacional de saúde, os transportes públicos e o ensino; nem tenciona revogar a legislação laboral da troika.

Nós **não podemos aceitar a continuação deste estado de coisas.**

É agora necessário invocar a situação de emergência e falência iminente que aflige não os bancos, mas os trabalhadores, funcionários, pensionistas e jovens deste país.

É hora de **repor na íntegra o poder de compra de todos e restaurar os serviços públicos básicos.**

Assim, apelamos às direcções dos partidos com representação parlamentar que reclamam defender os trabalhadores para que:

— Integrem no Orçamento de Estado para 2019 a **reposição integral do poder de compra de todos os funcionários públicos aos níveis de antes da troika através de correspondente aumento de ordenados.**

— Votem a **revogação integral da legislação laboral da troika e um aumento geral de salários para todos os trabalhadores.**

— Integrem no Orçamento de Estado para 2019 níveis de **despesa e investimento na saúde correspondentes a pelo menos 6,5% do PIB**, conforme reivindicado, nomeadamente, pela Ordem dos Médicos.

— Integrem no Orçamento de Estado para 2019 níveis de despesa e **investimento no ensino e nos transportes que permitam contratar professores, reparar e construir escolas, contratar pessoal e reequipar os transportes públicos urbanos, regionais e interurbanos** de modo a servir inte-

gramente as necessidades da população trabalhadora.

Apelamos também a que os deputados dos partidos com representação parlamentar que reclamam defender os trabalhadores, PS, PCP e BE, **recusem votar** qualquer proposta de orçamento apresentada à Assembleia que não contemple estes pontos fundamentais para a vida dos trabalhadores portugueses. ■

Apelamos a que os deputados dos partidos com representação parlamentar que reclamam defender os trabalhadores, PS, PCP e BE, recusem votar qualquer proposta de orçamento apresentada à Assembleia que não contemple estes pontos fundamentais para a vida dos trabalhadores portugueses.

23 de maio Centeno afirma que todos os funcionários públicos terão aumentos em 2019, por “*via do descongelamento das progressões na carreira*”.

Ou seja, que **não há aumentos salariais**; apenas o efeito do descongelamento de carreira sem mexer nas tabelas. Depois corrige-se: afinal, nem todos sentirão o “efeito”.

4-12 de junho Missão da Comissão/troika a Lisboa.

A troika nota com satisfação que o governo se compromete a “*usar ganhos excepcionais para reduzir o rácio da dívida*” (relatório, publicado em setembro). E avisa o governo especificamente para **não ceder aos professores.**

18 de junho Começa a greve dos professores.

Marcelo ameaça (Público): “*O tempo que vivemos (...) exige cautela acrescida. (...) sabem também os trabalhadores, atentos a que o futuro evite, a todo o preço, os sacrifícios suplementares que viveram com a crise no passado recente.*”

30 de agosto Governo anuncia que afinal há aumentos na função pública. Comenta o Público: “*o orçamento está aprovado*”.

9 de setembro Na festa do Avante, J. de Sousa: “*Só não se foi mais longe, [porque] entre as opções do PS está a de submeter o país a essas políticas [da União Europeia] (...). Não se dá resposta ao investimento, porque o Governo do PS põe à frente dos seus compromissos, a União Europeia*”. Mas, diz, valeu a pena. “*Valeu a pena*” permitir, como quinta roda, a continuação da troika ao viabilizar “orçamentos de 5 euros”? É a pergunta retórica que JS não faz aos militantes do PCP.

3 de outubro “*Os cerca de 50 milhões de euros que o Governo tem em cima da mesa para aumentar os funcionários públicos em 2019 correspondem a menos de um quarto dos 208 milhões de euros que seriam necessários para actualizar os salários pelo nível da inflação*” (Público). Da inflação só do último ano... O governo especifica: **dá 5€ por cabeça...**

Lutas de Classe: Enfermeiros, Médicos, Ferroviários, Professores, Estivadores...

Os Trabalhadores Não se Conformam com Mais um Orçamento de Austeridade

Os **enfermeiros** entram de novo em greve no dia 10 de outubro.

É a segunda greve em menos de um mês. Na terceira semana de setembro, a greve pelas reivindicações,



tabelas salariais dignas, valorização salarial, contratação de pessoal e 35h para todos, teve adesão de 80% no Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, 72% no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, rondando 100% em Lisboa e Vale do Tejo.

Ao todo, os enfermeiros estiveram já cem dias em greve no último ano.

Ora, o DN noticiava em 20 de setembro que os *“hospitais só contratam metade dos enfermeiros que saem. A falta de enfermeiros no Litoral Alentejano já deixou em risco o transporte de doentes urgentes da região para Lisboa. Das reuniões que o sindicato (SEP) já teve com as administrações hospitalares, todas reportam que as*

colocações de profissionais desde julho são insuficientes”.

Lembre-se: uma das “metas” (*benchmarks*) orçamentais da Comissão Europeia para Portugal é a redução do pessoal do sector público. Como? Precisamente: só substituindo, em cada dois que saem, um... Será um acaso? Não é um acaso.

O caso dos **professores** é o exemplo gritante da alternativa em que vivemos: ou manda a UE ou manda a democracia.

Quando o governo aprovou brutalmente o decreto que rouba sete anos de carreira aos professores, os dirigentes sindicais reagiram, dizendo que era uma “declaração de guerra” aos professores. E é.

Não foi, porém, essa a reacção nem do PS, nem sequer do PCP ou do BE, que remeteram mansamente para as “negociações” do orçamento e para a lei de 2018 que “já está aprovada e é clara”.

Se é ou não é, pouco importa. A Comissão Europeia avisou o governo Costa que não devolvesse

as carreiras aos professores. O governo obedeceu, porque quem manda é a Comissão. E o BE e o PCP obedeceram também, porque estão comprometidos até ao pescoço com a política do governo delegado de Bruxelas.

Uma coisa é certa: os enfermeiros, como os professores, funcionários públicos em geral e tantos sectores do privado, estão dispostos a lutar determinadamente contra a austeridade sem fim.

Outra coisa é menos certa: **estão os dirigentes sindicais dispostos a lançar formas de luta unidas e decisivas?**

Irá o dirigente do Sindicato dos Professores que, denunciando a provocação do governo, declarou que a luta até agora foi uma brincadeira comparada com o que aí vem, fazer seguir acções às suas palavras?.

Os trabalhadores estão prontos. ■



O “Progresso” para Quem Trabalha

“Os Salários em Portugal São os que Menos Cresceram Depois da Troika”

Não admira que o “Eurogrupo” Contrate o Perito Centeno para Vigiar a Itália e a Grécia...

(Do DN, 3/8)

“Salários em Portugal são os que cresceram menos depois da troika: FMI diz num estudo sobre Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha que a economia portuguesa tem os custos laborais mais baixos no conjunto dos países que foram submetidos a programas de ajustamento na sequência da crise financeira e da dívida, indica o Fundo Monetário Internacional (FMI). E mesmo com a retoma iniciada em 2017, Portugal ainda não recuperou” (...) No caso de Portugal, os custos laborais unitários terão caído cerca de 15% desde 2014, o último ano do programa de ajustamento (...)

Segundo cálculos do DN/Dinheiro Vivo com base em dados do Eurostat para 2017, Portugal terá mais de 711 mil trabalhadores com contratos a prazo ou ainda mais precários e que estão nessa situação de forma “involuntária”. Este grupo está a crescer em números absolutos e desde 2014 aumentou 10%. Isto também contribui para manter os salários baixos.

O peso desse fenómeno no total do emprego por conta de outrem também é elevado, o quinto maior da Europa: isto é, 82% das pessoas sentiram-se obrigadas a aceitar contratos mais precários (a prazo ou a tempo ainda mais incerto) porque não conseguiram encontrar oportunidades de vínculo permanentemente, indica o Eurostat”. ■

Catalunha, um ano depois do referendo

“O Povo Quer a República!”

Neste 1º de outubro de 2018, um ano após o referendo em que manifestou a sua vontade de constituir a República catalã e de se livrar da monarquia franquista espanhola, o povo catalão mobilizou-se novamente em massa pela República. Centenas de milhares de manifestantes saíram à rua, tanto nas grandes cidades como nas pequenas aldeias, muitos deles ao apelo dos Comitês de Defesa da República (CDR) e de coligações de estudantes. Entre as palavras de ordem mais populares contavam-se: “Votámos e vencemos!”, “Teimosamente de pé! Teimosamente Republicanos!”. Muita gente lembrava a selvática repressão do 1º de Outubro de 2017 e a prisão pelo governo Rajoy de activistas catalães (com o apoio da Comissão Europeia, de Merkel, Macron, Costa e companhia). O governo “socialista” de Pedro Sánchez mantém-nos presos: “*Nem esquecemos, nem perdamos!*”. Por toda a parte ressoava a vontade de acabar com a monarquia: “*Ou República ou República!*”; “*Derrubemos o regime de 1978!*”. Em Girona, os estudantes entraram no edifício do governo da Generalitat (governo autónomo da Catalunha), baixaram a bandeira da monarquia e substituíram-na pela bandeira catalã.

Muita gente interpelava o governo autónomo catalão, constituído pelos partidos independentistas PDeCAT e ERC, por, em 29 de setembro, ter mandado os Mossos (policia catalã) reprimir uma manifestação dos CDR convocada contra uma concentração de polícias.



Um cidadão, entrevistado pela televisão, declarava: “*Eles não nos vão dar a República, vamos ser nós a arrancá-la!*”. Acrescentava o alcaide de uma aldeia: “*Temos que centralizar todas as nossas ações!*” Uma manifestante: “*O governo de Torra (da Generalitat da Catalunha - NdR) diz-nos para vir para a rua. Mas ele, onde é que está?*” Os representantes do governo realizavam uma cerimónia na aldeia natal de Carles Puigdemont (presidente da Generalitat no 1º de outubro de 2017, actualmente em exílio forçado na Bélgica). Uma mulher jovem dirige-se aos dignitários: “*Não se esqueçam do mandato do 1º de outubro de 2017!*”.

Confrontadas com o governo da monarquia chefiado pelo “socialista”

Sánchez, que mantém os presos políticos na prisão e apela a “virar a página do 1º de outubro de 2017”, e com um governo da Generalitat que parece cada vez mais preparar-se para recuar, as massas catalãs recusam-se a abandonar a exigência da República. Cada vez mais lhe dão um conteúdo social claro: “*Soberania! Direitos sociais! Serviços públicos! República!*”, tal como proclamava o cartaz que encabeçava a manifestação do 1º de Outubro em Barcelona. ■

* Regime criado pela restauração da monarquia borbónica decidida pelo ditador Franco antes de morrer e aceite, através do Pacto da Moncloa de 1977, pelos chefes do Partido Comunista e do Partido Socialista Operário Espanhol.

Brasil (cont. da p. 8)

“Lula era a preferência do povo trabalhador”

faremos as reformas devidas por emendas constitucionais”. Foi a pressão da aliança com o PDT, partido de Ciro Gomes... As reformas progressistas de que Haddad fala não serão obviamente aprovadas por um parlamento cuja composição é a mais reacionária e atrasada dos últimos tempos

P: O mercado comemorou com altas da bolsa e a queda do dólar a vitória de Bolsonaro no primeiro turno, não é isso?

Anísio: O que o mercado comemorou, no meu modo de ver, foi a realização do 2º turno com Bolsonaro pontuando em primeiro lugar. Assim eles têm a chance

de acertar melhor os compromissos com Bolsonaro e, ao mesmo tempo, enquadrar o candidato num ritual mais aceitável para o cargo da presidência e para um cenário desejável de tranquilidade institucional, que permita aprovar e aplicar as reformas regressivas como legítimas e democráticas. Ao mesmo tempo que vão pressionar Haddad, o PT, para ir ao “centro”, para aceitar a legitimação do processo eleitoral e se conformarem em ser apenas uma oposição parlamentar que não vá questionar o direito de Bolsonaro governar contra o povo com um congresso reacionário, mas na difícil situação de estar fragmentado entre 25 partidos. Quando

Bolsonaro, em seu primeiro pronunciamento, fala contra o ativismo, ele está ao mesmo tempo ameaçando os sindicatos, os movimentos sociais, mas também mostrando seu calcanhar de Aquiles, que é o medo de ter de enfrentar as mobilizações e as greves que podem e deverão surgir. Além disso, sempre existirá sobre um eventual governo de Bolsonaro a sombra de Lula, que era a preferência do povo trabalhador e que foi cassado da eleição. Neste instante, a tarefa é se engajar na campanha pela vitória de Haddad e uma avaliação mais apurada fazemos depois de acabadas as eleições. ■

Brasil**“Lula era a preferência do povo trabalhador”**

Face aos resultados da primeira volta das eleições presidenciais e legislativas no Brasil, o boletim *O Trabalho* entrevistou Anísio G. Homem, membro da Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores do estado do Paraná, sobre as eleições e a continuidade do combate contra Bolsonaro.

P: Como explica Bolsonaro, um candidato de extrema-direita, ter chegado à frente na primeira volta das eleições presidenciais?

Anísio: Em primeiro lugar é preciso esclarecer os números.

Bolsonaro, do PSL, obteve 46,03% dos votos válidos e Fernando Haddad, do PT, 29,28%. O número de eleitores que não compareceram às urnas foi de 20,32%, e se somados aos nulos (6,14%) e aos votos em branco (2,65%) totalizam 29,11% que não votaram em nenhum dos candidatos a presidente. Em São Paulo, maior estado da federação, as abstenções, nulos e brancos totalizaram 31,46%. Ou seja, Bolsonaro obteve o voto de apenas 1/3 do eleitorado, sendo que 1/3 não votou em ninguém. Não se trata de negar a votação em Bolsonaro, mas de mostrar qual é a sua verdadeira representação. Além disso, seu ascenso tem por detrás uma sucessão de medidas fraudulentas cuja maior delas é a do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter cassado o direito de Lula ser candidato, mas tem também a proibição de Lula conceder

entrevistas, a proibição de 3,3 milhões de eleitores de votarem por conta de um duvidoso recadastramento biométrico, o vazamento pelo juiz Moro da delação premiada de Antônio Pallocci à véspera das eleições, as manipulações das pesquisas eleitorais, etc, etc. Na minha avaliação a direção do PT escolheu a estratégia errada de ter antecipado em um ano e meio a campanha eleitoral por Lula presidente, quando deveria era ter jogado forças numa ampla campanha pelo Fora Temer, um governo rejeitado por 96% dos brasileiros por sua política de severo ajuste fiscal, e com isso trazido a "classe média" conosco para varrer Temer e o Congresso de golpistas e corruptos. Essa teria sido uma grande luta pela democracia e os direitos. A poderosa greve nacional de 28 de abril de 2017 mostrou que havia disposição da classe trabalhadora nesse sentido. Ao não fazer isso o PT apareceu para muita gente — principalmente de classe média — como cúmplice ou fraco diante do sistema político corrompido ao grande capital e odiado pelo povo. Isso permitiu a Bolsonaro, mesmo sendo um homem do regime, aparecer como um sujeito antissistema e com uma enérgica mensagem de colocar ordem nas coisas.

P: E a votação do PT?

Anísio: A votação de Haddad mostrou que os votos anunciados em Lula - segundo as pesquisas o permitiriam ganhar já no primeiro turno - não migraram para seu substituto conforme o esperado. Mas existem outros componentes preocupantes. Por exemplo, Haddad perdeu feio em São Bernardo do Campo, cidade operária, berço do PT e onde

Lula mora. A campanha do PT no 1º turno ao não ter priorizado o confronto com Bolsonaro sobre os aspectos econômicos (direitos trabalhistas, previdência, 13º salário, serviços públicos, etc), preferindo o terreno difuso das questões comportamentais concedeu ao ex-capitão do exército a possibilidade de driblar o fato de que ele, enquanto deputado federal, votou e apoiou todas as medidas impopulares do governo golpista de Temer e que está comprometido com o mercado financeiro em levar adiante o desmonte de outros direitos ainda cobiçados pelos financistas. O vice de Bolsonaro, General Mourão, chegou a revelar que caso eleito Bolsonaro irá acabar com o direito ao 13º salário e férias remuneradas.

P: E qual a dificuldade para o PT conquistar o voto dos 30% dos que não votaram em ninguém no primeiro turno?

Anísio: Provavelmente nestes 30% vamos encontrar uma parcela considerável de eleitores do PT que se afastaram do partido desiludidos, frustrados com os 12 anos de governos do PT, que não confrontaram para valer o grande capital e deixaram a desejar em relação a profundas aspirações sociais como a reforma agrária, um avanço muito mais significativo dos gastos sociais em detrimento do pagamento dos juros da dívida pública, a reestatização de privatizações como a da Vale do Rio Doce que controla uma fabulosa riqueza em minério de ferro, o fim dos leilões de petróleo, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, uma profunda reforma política através de uma

Constituinte Exclusiva e Soberana que pusesse fim às atuais instituições herdadas da ditadura militar, o fim das injustiças tributárias que esmagam os setores médios, a regulação da mídia, e por aí vai. O PT tem de resgatar esse público para ter chances de ganhar, e isso só pode ser feito confrontando a política por detrás de Bolsonaro, que é a política de continuidade e aprofundamento do tenebroso ajuste fiscal do governo Temer, odiado por mais de 90% da população. Haddad e o PT não podem aceitar o "conselho" da mídia de ir ao "centro" comprometendo-se ou omitindo-se de criticar propostas de Bolsonaro que se identificam com a cobiça do mercado financeiro, como por exemplo aceitar uma reforma da previdência, mais cortes em direitos trabalhistas como o fim do 13º salário e as férias remuneradas, não revogar os leilões do pré-sal que já entregaram o controle de 75% das jazidas de petróleo para o controle de multinacionais, não mexer com a lei que congela os gastos sociais por 20 anos estrangulando os serviços públicos. Haddad acaba de declarar a respeito da proposta de Constituinte aprovada no 6º Congresso do partido: *“Nós revisamos nosso posicionamento,* (continua p. 7)

Bolsonaro obteve o voto de apenas um terço do eleitorado; um terço não votou em ninguém.

